

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.678 -  
DF (2020/0054351-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**REQUERENTE : ARLETE DE FATIMA AMORIM**  
**ADVOGADOS : ALCIDES BIER DOS SANTOS - PR017319**  
**ROBSON SEINO BIER DOS SANTOS - PR057170**  
**REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. INEXISTÊNCIA DE ACÓRDÃO DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência apresentado por Arlete de Fatima Amorim ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001.

A requerente sustenta, em síntese, a não observância da jurisprudência do STJ que lhe reconhece o direito à aposentadoria por invalidez.

Os autos dão conta que a requerente ajuizou ação em face do INSS, perante o Juizado Especial Federal, objetivando aposentadoria por invalidez.

A sentença julgou o pedido improcedente.

Opostos embargos de declaração contra a sentença, providos em parte.

Interposto recurso inominado perante a Turma Recursal, que lhe negou provimento.

Contra esse acórdão, a requerente apresentou incidente de uniformização perante à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, não admitido.

Contra essa decisão, a requerente interpôs agravo, ao qual se negou seguimento.

Contra essa decisão, a requerente apresentou pedido de uniformização de jurisprudência para a Turma Nacional, ao qual se negou seguimento.

Contra essa decisão, a requerente interpôs agravo, recebido como pedido de remessa do incidente para o STJ.

É o relatório, decido.

Dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001 que o incidente de uniformização dirigido ao STJ somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização que, apreciando questão de direito material, contrarie jurisprudência dominante do STJ.

Ilustrativamente:

AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DECISÃO DE MÉRITO. INEXISTÊNCIA. ART. 14, § 4º, DA LEI Nº 10.259/2001. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. Para que este Superior Tribunal de Justiça examine incidente de uniformização, mister que a Turma Nacional tenha contrariado súmula ou jurisprudência dominante acerca de questão de direito material, o que não ocorreu na espécie.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgRg na Pet 7.518/PR, Terceira Seção, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 6/9/2011)

No presente caso, o incidente de uniformização foi apresentado contra decisão exarada pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização. Assim, considerando que o pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional contrária à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, o presente pedido não é admissível, porquanto dirigido contra decisão da TNU.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ACÓRDÃO DA TNU. INEXISTÊNCIA. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE.

1. O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização - TNU que tenha analisado o direito material. Na hipótese, o incidente foi ajuizado contra decisão monocrática do Presidente da TNU que negou provimento ao agravo, sob o fundamento de que "a parte requerente não trouxe a cotejo nenhum aresto paradigma da jurisprudência dominante ou enunciado de Súmula do STJ".

2. Portanto, não há como conhecer do pedido de uniformização apresentado contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg na Pet 10.463/PE, Primeira Seção, Relator Ministro Sérgio Kukina, DJe 2/6/2014)

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ART.14, § 4º, DA LEI 10.259/2001

1. O pedido de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça somente é cabível de decisão oriunda da Turma Nacional contrária à súmula ou jurisprudência dominante desta Corte Superior (arts. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, e 36 da Resolução n. 22, de 4 de setembro de 2008).

2. Na hipótese dos autos, observa-se que, da decisão monocrática referendada pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais, que conheceu e proveu o recurso inominado de iniciativa da FNS- Fundação Nacional de Saúde, a requerente apresentou incidente de uniformização nacional, que foi inadmitido por decisão monocrática exarada pelo Presidente da 1ª Turma Recursal. Todavia, não consta dos autos eventual requerimento para que aquele incidente fosse submetido ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização, e tampouco decisão proferida pela Turma Nacional. Logo, incabível o presente pedido de uniformização de jurisprudência.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg na Pet 8.864/RJ, Primeira Seção, de minha Relatoria, DJe 14/2/2012)

AGRAVO REGIMENTAL EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INCIDENTE MANIFESTADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR INTEGRANTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - TNU. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

É requisito para a admissão e processamento do incidente de uniformização de jurisprudência perante o e. Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância, que a matéria objeto da divergência tenha sido submetida à apreciação do colegiado da e. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência - TNU.

Interpretação dos arts. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001 e 36 da Resolução CJF nº 22/2008. Agravo regimental desprovido.

(AgRg na Pet 7.551/PR, Terceira Seção, Relator Ministro Felix Fischer, DJe 18/12/2009)

Ante o exposto, não conheço do pedido de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator